

Cannes RJ  
Participações S.A.

**Demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balanços patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração do fluxo de caixa</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Administradores da  
Cannes RJ Participações S.A.  
Rio de Janeiro - RJ

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cannes RJ Participações S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Cannes RJ Participações em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações

financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2019.

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcêlo Luiz Ferreira  
Contador CRC RJ-087095/O-7

## CANNES RJ PARTICIPAÇÕES S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>Ativos</b>					
<b>Ativos Circulantes</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	-	83.311	43.918
Contas a receber	7	-	-	242.284	203.923
Estoques	8	-	-	126.454	96.429
Impostos a recuperar	9	6	6	22.934	21.482
Derivativos	24	-	-	-	979
Despesas antecipadas		-	-	1.722	1.580
Adiantamentos		-	-	863	1.454
Outros ativos circulantes	10	-	-	12.197	11.176
<b>Total dos Ativos circulantes</b>		<b>6</b>	<b>6</b>	<b>489.765</b>	<b>380.941</b>
<b>Ativos Não Circulantes</b>					
Impostos a recuperar	9	-	-	1.161	1.154
Depósitos judiciais		-	-	643	709
Impostos diferidos	20 b	-	-	9.238	8.578
Outros ativos não circulantes	10	-	-	3.097	1.483
Investimentos	13	235.197	121.918	-	-
Imobilizado	14	-	-	10.350	8.614
Intangível	15	-	-	42.990	43.015
<b>Total dos Ativos Não Circulantes</b>		<b>235.197</b>	<b>121.918</b>	<b>67.479</b>	<b>63.553</b>
<b>Total dos Ativos</b>		<b>235.203</b>	<b>121.924</b>	<b>557.244</b>	<b>444.494</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CANNES RJ PARTICIPAÇÕES S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>Passivos e Patrimônio líquido</b>					
<b>Passivos Circulantes</b>					
Fornecedores	16	0	1	231.917	193.025
Empréstimos	17	-	-	54.757	108.073
Derivativos	24	-	-	491	-
Salários e contribuições sociais		-	-	6.594	4.356
Impostos e taxas	18	-	-	7.800	3.566
Imposto de Renda e Contribuição Social a pagar		-	-	4.682	747
Outros		0	16	3.263	1.479
<b>Total dos Passivos Circulantes</b>		<b>-</b>	<b>17</b>	<b>309.504</b>	<b>311.246</b>
<b>Passivos Não Circulantes</b>					
Empréstimos	17	-	-	276	276
Impostos e taxas	18	-	-	3.282	815
Provisão para contingências	19	-	-	7.622	8.446
Outros		-	-	1.357	1.804
<b>Total dos Passivos Não Circulantes</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.537</b>	<b>11.341</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	21	280.999	173.000	280.999	173.000
Reserva legal	21	551	-	551	-
Ágio em transações de capital	21	(12.167)	(12.167)	(12.167)	(12.167)
Prejuízos acumulados	21	(34.180)	(38.926)	(34.180)	(38.926)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>235.203</b>	<b>121.907</b>	<b>235.203</b>	<b>121.907</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido e Passivos</b>		<b>235.203</b>	<b>121.924</b>	<b>557.244</b>	<b>444.494</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CANNES RJ PARTICIPAÇÕES S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

Para o exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
<b>Receita Líquida de Vendas</b>	22	-	-	<b>1.134.935</b>	<b>922.062</b>
Custo dos produtos e serviços vendidos		-	-	(1.018.466)	(830.934)
<b>Lucro bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>116.469</b>	<b>91.128</b>
Despesas Gerais e Administrativas	26	-	-	(27.120)	(26.260)
Despesas Comerciais e Marketing	26	-	-	(29.508)	(22.394)
Despesas Logística e Distribuição	26	-	-	(23.818)	(23.140)
Depreciação e Amortização		-	-	(1.890)	(3.114)
Outras receitas (despesas)		-	-	(13.773)	(13.085)
Resultado de equivalência patrimonial	13	11.022	(6.198)	-	-
		<b>11.022</b>	<b>(6.198)</b>	<b>(96.109)</b>	<b>(87.993)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro</b>		<b>11.022</b>	<b>(6.198)</b>	<b>20.360</b>	<b>3.135</b>
Receitas financeiras	23	-	23	3.035	2.962
Despesas financeiras	23	-	(28)	(7.070)	(17.817)
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>		<b>-</b>	<b>(5)</b>	<b>(4.035)</b>	<b>(14.855)</b>
<b>Prejuízo antes de impostos</b>		<b>11.022</b>	<b>(6.203)</b>	<b>16.325</b>	<b>(11.720)</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	20	-	(5)	(3.014)	(590)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20	-	-	(2.289)	6.102
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	21	<b>11.022</b>	<b>(6.208)</b>	<b>11.022</b>	<b>(6.208)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CANNES RJ PARTICIPAÇÕES S.A.**  
**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

Para o exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2018</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Lucro (prejuízo) do exercício	11.022	(6.208)	11.022	(6.208)
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>11.022</b>	<b>(6.208)</b>	<b>11.022</b>	<b>(6.208)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CANNES RJ PARTICIPAÇÕES S.A**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
 (Em milhares de reais)

	<b>Capital Social</b>	<b>Ágio em transação de Capital</b>	<b>Reserva Legal</b>	<b>Lucros (prejuízos) do exercício</b>	<b>Total do patrimônio líquido</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2017</b>	<u>173.000</u>	<u>(12.167)</u>	<u>-</u>	<u>(32.718)</u>	<u>128.115</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.208)	(6.208)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<u>173.000</u>	<u>(12.167)</u>	<u>-</u>	<u>(38.926)</u>	<u>121.907</u>
Ajuste na aplicação inicial do CPC 48/IFRS 9	-	-	-	(5.725)	(5.725)
Lucro do exercício	-	-	-	11.022	11.022
Constituição de reservas	-	-	551	(551)	-
Aumento de capital	108.000	-	-	-	108.000
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<u>281.000</u>	<u>(12.167)</u>	<u>551</u>	<u>(34.180)</u>	<u>235.204</u>

**CANNES RJ PARTICIPAÇÕES S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

Para o exercício findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>				
<b>Lucro (prejuízo) antes dos impostos</b>	<b>11.022</b>	<b>(6.203)</b>	<b>16.324</b>	<b>(11.720)</b>
Ajustes para:				
Imposto de renda e Contribuição Social	-	-	(8.672)	(3.106)
Depreciação e amortização	-	-	1.890	3.114
Baixa de Imobilizado	-	-	1.246	1.386
Reversão(provisão) para perda de estoques	-	-	(809)	3.136
Reversão da provisão para devedores duvidosos	-	-	(920)	(4.280)
Reversão da Provisão para contingências	-	-	(824)	(1.233)
Resultado equivalência patrimonial	(11.022)	6.197	-	-
Provisão de juros	-	-	10.401	13.980
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber	-	-	(31.716)	(41.701)
Estoques	-	-	(29.216)	1.991
Impostos a recuperar	-	(11)	(1.459)	5.725
Despesas antecipadas	-	3	(142)	(368)
Adiantamentos	-	-	591	(74)
Depósitos judiciais	-	-	64	548
Outros ativos	-	-	(1.656)	(464)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	-	1	38.892	48.862
Salários e contribuições sociais	-	-	2.238	246
Impostos e taxas	-	(1)	7.622	48
Outros passivos	(18)	13	1.828	421
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>(18)</b>	<b>(1)</b>	<b>5.682</b>	<b>16.511</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Aumento de investimentos	(102.257)	-	-	-
Aquisições do Imobilizado	-	-	(3.680)	(1.176)
Aquisições do Intangível	-	-	(1.167)	(1.137)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(102.257)</b>	<b>-</b>	<b>(4.847)</b>	<b>(2.313)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Obtenção de empréstimos e financiamentos	-	-	102.520	127.307
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Amortização	-	-	(160.633)	(109.038)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Juros	-	-	(5.604)	(11.827)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - Variação cambial realizada	-	-	-	-
Aumento de capital	108.000	-	108.000	-
Adoção inicial CPC 48	(5.725)	-	(5.725)	-
Aquisição de participação adicional em investimentos	-	-	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>102.275</b>	<b>-</b>	<b>38.558</b>	<b>6.442</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>39.393</b>	<b>20.640</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>				
Saldo inicial	-	1	43.918	23.278
Saldo final	-	-	83.311	43.918
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>39.393</b>	<b>20.640</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

### 1 Contexto Operacional

A Cannes RJ Participações S.A. (“Companhia” ou “Cannes”) é uma sociedade anônima de capital fechado, fundada em janeiro de 2012, com sede e domicílio na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 2150 bloco N, 3º andar, no Estado do Rio de Janeiro, possui como objeto social a participação no capital de outras sociedades, independentemente do setor econômico, tendo o seu quadro de acionistas composto pelas empresas BPL Brasil Participações Ltda e Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A, a com 89,9% e 10,1% do capital social da Companhia, respectivamente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 2018 abrangem a Companhia e suas controladas, conjuntamente referidas como “o Grupo” e individualmente como “entidades do Grupo”. O Grupo está envolvido, principalmente, na atividade de comércio atacadista e varejista de produtos farmacêuticos, médico-hospitalares, alimentícios, naturais, e artigos médicos, além de prestação de serviços.

Todas as empresas do grupo têm seus endereços registrados no Brasil. As empresas operacionais do Grupo são:

#### **Profarma Specialty – Distribuição**

Com sede em São Paulo (SP), a Profarma Specialty S.A. atua desde 1990 na distribuição de medicamentos. Nossos centros de distribuição atendem a todos os estados do Brasil com uma equipe qualificada no segmento de especialidades, para atender às demandas de hospitais, clínicas, órgãos públicos e outros clientes em todo país.

A Unidade de Distribuição, possui um catálogo de produtos diversificado, oferecendo produtos oncológicos, dermatológicos, vacinas e produtos hospitalares em geral.

#### **Arp Med – Farmácia de Especialidades**

A Arp Med S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a exploração de atividades de Drogeria, compreendendo o comércio varejista de medicamentos, com um portfólio de produtos nas principais especialidades: dermatologia, endocrinologia, infectologia, oftalmologia, oncologia, hematologia, ginecologia, reprodução assistida, hepatologia, reumatologia, ortopedia, entre outros.

#### **Íntegra Medical – Programa de Suporte a Pacientes**

A Íntegra Medical é uma prestadora de serviços de assessoria, consultoria e administração de negócios relacionados aos diversos segmentos da área de saúde com sede em São Paulo.

Em 30 de junho de 2017, a Companhia realizou laudo de avaliação do Patrimônio Líquido Contábil das empresas Amarante e Mirandela, para fins de incorporação reversa na empresa ArpMed S/A – Farmácia de Especialidades.

Em 29 de agosto de 2017, as empresas Amarante e Mirandela foram incorporadas pela ArpMed S/A – Farmácia de Especialidades.

## 2 Base de Preparação

### **Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pela Diretoria em 17 de setembro de 2019.

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 47/IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente e o CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos Financeiros foram aplicados, conforme descrito na nota explicativa 2.1.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **2.1 Normas e interpretações novas e revisadas**

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes e o CPC 48/IFRS 9 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, usando o método de efeito cumulativo, com adoção inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) e CPC 47(IFRS 15) ao período comparativo apresentado.

O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente:

- Devolução de Vendas
- Perdas de créditos esperados.

#### *IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes*

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 / IAS 18 Receitas.

A Companhia, após estudo, concluiu que o único impacto identificado foi referente as devoluções de vendas para adoção das novas políticas contábeis significativas. A natureza das mudanças nas políticas contábeis anteriores estão descritos abaixo:

Natureza:	Entendimento:	Natureza da mudança na política contábil:
Devolução de Vendas	O CPC 47/IFRS 15 exige que as empresas demonstrem o valor estimado mais próximo da realidade a ser recebido, líquido de devoluções, abatimentos e outros valores que possam deduzir a receita originada.	A nova norma traz reflexos no balanço patrimonial e nas demonstrações de resultado do exercício, visto que a constituição antecipada de uma devolução esperada será deduzida no resultado constituindo um passivo de reembolso e um ativo de retorno da mercadoria. Os impactos no grupo Cannes foram imateriais.

### *IFRS 9 - Instrumentos Financeiros*

Nova norma que introduz novas exigências para a classificação, mensuração, impairment, hedge accounting e desreconhecimento de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 / CPC 48 exige que a Administração da Companhia realize uma avaliação com base em doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros. A Companhia aplica a abordagem simplificada e registra perdas esperadas durante toda a vida dos ativos financeiros do contas a receber de clientes.

Os detalhes das novas políticas contábeis significativas e a natureza das mudanças nas políticas contábeis anteriores estão descritos abaixo:

<u>Natureza:</u>	<u>Entendimento:</u>	<u>Natureza da mudança na política contábil:</u>
Perdas de créditos esperados	A Companhia estimou provisão para perdas esperadas de clientes e acordos comerciais para 12 meses, independente dos títulos estarem vencidos ou considerados perdidos	O montante de provisão foi mensurado de modo a refletir o valor imparcial e ponderado pela probabilidade, o valor do dinheiro no tempo e informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data de balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras

A tabela a seguir resume o impacto, líquido de impostos, da transição para o CPC 47 / IFRS 15 e CPC 48 / IFRS 9 sobre os lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018:

#### **IFRSs 9 e 15 / CPCs 47 e 48 - Instrum. Fin e Rec. De Contratos com Clientes - Controladora**

Grupo Balanço	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Saldos adoção inicial 1º janeiro/2018 (IFRS 9)	Saldos adoção inicial 1º janeiro/2018 (IFRS 15)	Saldos em 1º janeiro/2018
Investimento	-	(5.725)	-	(5.725)
<b>Prejuízos Acumulados (Patrimônio Líquido)</b>	-	<b>(5.725)</b>	-	<b>(5.725)</b>

#### **IFRSs 9 e 15 / CPCs 47 e 48 - Instrum. Fin e Rec. De Contratos com Clientes - Consolidado**

Grupo Balanço	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Saldos adoção inicial 1º janeiro/2018 (IFRS 9)	Saldos adoção inicial 1º janeiro/2018 (IFRS 15)	Saldos em 1º janeiro/2018
Clientes (Ativo)	203.923	(6.226)	-	197.697
Outras Contas a Receber (Ativo)	12.659	(2.448)	-	10.211
IR Diferido (Ativo)	9.013	2.949	-	11.962
<b>Prejuízos Acumulados (Patrimônio Líquido)</b>	-	<b>(5.725)</b>	-	<b>(5.725)</b>

#### **a. Classificação e mensuração de Ativos e Passivos financeiros**

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponível para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018, na visão consolidada.

Ativos financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 9
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	203.923	195.224
Outros recebíveis	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	-	(2.448)
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	43.918	43.918
<b>Total de ativos financeiros</b>			<b>247.841</b>	<b>236.694</b>

### *A IFRS 16 – Arrendamento*

Em vigor para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019:

A Companhia irá adotar o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- A Companhia não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O CPC06 (R2) / IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

**(i) Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário**

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais basicamente das instalações de lojas e centros de distribuição. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque a Companhia reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

**(ii) Transição**

A Companhia pretende aplicar o CPC 06(R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas

**Resultados**

Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas.

O Grupo espera com a adoção da norma CPC 06 (R2) / IFRS 16 os seguintes impactos iniciais:

- Aumento de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento;
- Aumento do EBITDA (Resultado operacional); e
- Diminuição do Lucro Líquido (efeito temporal).

A Companhia estima que reconhecerá os seguintes valores na data de transição em 1º de janeiro de 2019:

<b>Contas contábeis impactadas/novas contas contábeis</b>	<b>Valores Consolidados</b>
Ativo	12.842
Passivo	12.842
<b>Impacto patrimônio líquido</b>	<b>-</b>

**IFRIC 23 – Incertezas sobre o tratamento dos impostos e contribuições sobre o lucro líquido**

Essa interpretação aborda a determinação do lucro tributável (prejuízo fiscal), bases tributárias, prejuízos fiscais e créditos tributários não utilizados e taxas quando sobre os tratamentos fiscais de acordo com o IAS 12. Considera especificamente: (i) se os tratamentos fiscais devem ser considerados coletivamente; (ii) pressuposto de que as autoridades fiscais tem o direito de examinar qualquer montante reportado; (iii) determinação do lucro tributável (prejuízo fiscal), bases tributárias, prejuízos fiscais e créditos tributários não utilizados e taxas; e (iv) efeito das mudanças nos fatos e circunstâncias.

A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRS. A empresa não pretende aplicar a adoção antecipada do IFRIC 23. O IFRIC 23 entra em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

**3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia, todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **4 Principais Políticas Contábeis**

### **a. Caixa e equivalente de caixa**

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

### **b. Receita de contrato com cliente**

O Grupo adotou inicialmente o CPC 47/IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. As informações sobre as políticas contábeis do Grupo relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47/IFRS 15 estão descritos na nota explicativa 2.1.

### **c. Estimativas contábeis**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### **1. Julgamentos**

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e que possuem risco de resultar em ajuste dentro dos próximos exercícios sociais incluem provisão para devedores duvidosos (Nota 7), provisão para perdas de estoques (Nota 8), provisão para contingências (Nota 19), recuperabilidade dos créditos tributários (Nota 20), impairment (Nota 14 e 17), valor justo de instrumentos financeiros (Nota 24)

### **2. Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 20.b - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 15** - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;
- **Notas explicativas 19** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa 7** – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda

**d. Instrumentos financeiros**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

O Grupo classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

***Ativos financeiros a VJR;***

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

***Ativos financeiros a custo amortizado;***

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

***Instrumentos de dívida a VJORA; e***

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

***Instrumentos patrimoniais a VJORA***

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado..

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no de reconhecimento também é reconhecido no resultado.

**e. Instrumentos financeiros derivativos**

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio e de juros.

**f. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (quando aplicável, para melhor refletir o valor justo da transação) e líquido de provisão para perda esperada.

O cálculo do valor presente é efetuado com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco da transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada na receita bruta. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada ao longo do prazo de vencimento da transação.

A perda estimada em créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

**g. Estoques**

Os estoques são avaliados com base no custo médio de aquisição, deduzido pelo líquido de provisão para perda, quando aplicável, que não excede o valor de mercado (líquido realizável).

**h. Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial.

**i. Imobilizado**

Registrado pelo custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), caso aplicável. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 15 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

**j. Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, sendo eles:

- Ágio apurado nas aquisições envolvendo combinações de negócios. O ágio sem vida útil definida é testado anualmente e deduzido das perdas por redução do valor recuperável acumuladas, se necessário.

- Software adquirido de terceiros com vida útil definida são amortizados pelo período de 5 anos. Estes ativos são mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização.
- Outros ativos intangíveis adquiridos com vida útil definida são amortizados pelo período de 5 anos (direitos de distribuição de produtos com a amortização de acordo com o prazo contratual também é de 5 anos). Estes ativos são mensurados pelo custo total de aquisição menos as despesas de amortização.

**k. Redução ao valor recuperável de ativos - impairment**

***Ativos financeiros***

Ativos financeiros (formado substancialmente pelo *contas a receber*) são avaliados para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Administração não consideraria em outras transações, ou indicações de que o devedor entrará em processo de falência, entre outros

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis e títulos de investimento mantidos até o vencimento individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis e investimentos mantidos até o vencimento que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis (substancialmente o *contas a receber*). Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

### ***Ativos não financeiros***

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo (formado substancialmente pelo ativo imobilizado e intangível com vida útil) são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Os intangíveis sem vida útil definida são testados anualmente, independente da existência de indicação de *impairment*.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Os ativos corporativos da Companhia não geram fluxos de caixa independentes. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável, então o valor recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs à qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

A Companhia não identificou indicativos de perda desses ativos nos exercícios de 2018 e 2017.

## **I. Passivo circulante e não circulante**

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são ajustados a valor presente (para melhor refletir o valor justo da transação), calculados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco da transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao passivo.

A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Especificamente em relação aos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira, estes são mensurados pelo valor justo (na data do balanço), resultante da contabilidade de hedge do valor justo da aplicação.

**m. Provisão**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

**n. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)**

O Imposto de renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os impostos diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis mediante os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base em planos de negócios para entidades individuais. Os impostos diferidos ativos são revisados em cada data de reporte e são reduzidos na medida em que não seja mais provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de futuros lucros tributáveis progride.

Os impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de reporte e reconhecidos na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis mediante os quais possam ser utilizados. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas fiscais que se espera que sejam aplicadas à diferenças temporárias quando se revertem, usando taxas de imposto realizadas ou substancialmente realizadas na data do relatório.

**o. Demonstrações de Fluxo de Caixa**

A Companhia entende que os juros sobre empréstimos devem ser registrados no grupo de atividades de financiamento no Fluxo de Caixa, porque são custos de obtenção de recursos financeiros.

## 5 Informações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia e das seguintes controladas:

	Participação (%)	
	31.12.2018	31.12.2017
<b><u>Controladas diretas</u></b>		
Profarma Specialty S.A.	100,00%	100,00%
Arp Med S.A.	100,00%	100,00%

<b><u>Controladas Indiretas</u></b>	Participação (%)	
	31.12.2018	31.12.2017
Arp Med Serviços Ltda	Arp Med S.A. 100%	Arp Med S.A. 100%
Íntegra Medical Consultoria S.A.	Arp Med S.A. 100%	Arp Med S.A. 100%
Amostra Medicamentos Hospitalares Ltda	Profarma Specialty S.A. 100%	Profarma Specialty S.A. 100%

### Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, nas reservas e nos lucros (prejuízos) acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas;
- As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e consistem com aquelas utilizadas no exercício anterior.

## 6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e bancos	-	-	287	92
Aplicações financeiras	-	-	83.024	43.826
	-	-	<b>83.311</b>	<b>43.918</b>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2018, as aplicações financeiras em sua maior parte referem-se a aplicações compromissadas e investimentos automáticos do Banco ABC, Banco do Brasil, Banco Santander, Banco Itaú, Banco Bradesco e Banco Votorantim, cuja remuneração oscila entre 97% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário-CDI (97 a 101% em 31 de dezembro de 2017).

A exposição do grupo a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 25.

## 7 Contas a receber de clientes

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Cientes	252.008	207.001
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.724)	(3.078)
	<b>242.284</b>	<b>203.923</b>

Em 31 de dezembro de 2018, o prazo médio de contas a receber foi de 65 dias na Profarma Specialty, 59 dias para a Arp Med S.A. e 51 dias para Íntegra Medical Serviços Hospitalares Ltda. (63 dias, 58 dias e 60 em 31 de dezembro de 2017 respectivamente).

Segue a posição dos saldos:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
A Vencer	206.823	159.647
Vencidos de 1 a 30 dias	10.834	7.485
Vencidos de 31 a 60 dias	2.122	32.756
Vencidos de 61 a 90 dias	497	3.360
Vencidos de 91 a 180 dias	8.000	838
Vencidos acima de 181 dias	23.731	2.915
	<b>252.008</b>	<b>207.001</b>

O valor da provisão de crédito para liquidação duvidosa da Arp Med S.A. é efetuado com base no percentual de 6.52% aplicável ao montante do contas a receber constituem o valor de R\$ 1.301 (R\$ 844 em 31 de dezembro de 2017).

A Profarma Specialty efetua a provisão para o mercado privado com base no percentual de 1,65% aplicável ao contas a receber, a qual constituiu o valor de R\$ 3.034 (R\$ 783 em 31 de dezembro de 2017), já no âmbito público são realizados estudos por cliente e negociação comercial para a viabilidade do prazo para o recebimento e o montante constituído é de R\$ 5.389 (R\$ 1.451 em 31 de dezembro de 2017). O valor da provisão é considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

Cabe ressaltar que a Companhia não possui seguro de créditos.

<u>Movimentação de PDD</u>	<u>Consolidado</u>
<b>Em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>(7.359)</b>
Adições	(695)
Baixas / Reversões	4.976
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>(3.078)</b>
Adições	(1.497)
Baixas / Reversões	1.077
Adoção Inicial CPC 48	(6.226)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>(9.724)</b>

## 8 Estoques

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Medicamentos	126.348	96.928
Provisão para perda	(80)	(622)
Embalagens	186	123
	<b>126.454</b>	<b>96.429</b>

Determinados itens fora da validade foram objeto de provisão para perda de estoque.

## 9 Impostos a recuperar

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<b>Circulante</b>		
ICMS	10.731	15.385
IR e CSLL	5.761	1.345
PIS e COFINS	6.152	4.752
Outros	290	-
	<b>22.934</b>	<b>21.482</b>
<b>Não Circulante</b>		
ICMS	1.161	1.154
	<b>1.161</b>	<b>1.154</b>

O ICMS a recuperar decorre da compra de produtos para revenda e a substituição tributária sobre o valor dos estoques da Companhia.

## 10 Outros

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
<b>Circulante</b>		
Verbas a receber (a)	8.921	10.268
Despesas reembolsáveis	3.274	875
Outros ativos	2	33
	<b>12.197</b>	<b>11.176</b>
<b>Não Circulante</b>		
Créditos Diversos/Caução e Outras Garantias (b)	3.097	1.483
	<b>3.097</b>	<b>1.483</b>

- (a) Refere-se principalmente a saldo de verbas a receber de fornecedores, relativo a operações logísticas estruturadas visando fomentar a venda de determinados produtos.
- (b) Refere-se principalmente a saldo de R\$2.590 referente a gratificação complementar para lideranças (*stretch* bônus) referente ao atingimento significativamente acima da meta definida pela ABC

## 11 Partes relacionadas

O Grupo Cannes é composto pelas controladas diretas e indiretas, relacionadas na nota explicativa nº 5. A composição acionária da controladora está demonstrada na nota explicativa nº 21.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre as controladas e controladoras.

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias-primas e contratação de serviços (vencíveis no curto prazo, sem incidência de juros), além dos empréstimos, estão demonstradas abaixo:

	31.12.2018					31.12.2017	
	Arpmed Serviços	Arp Med S.A.	Íntegra Medical	Profarma Specialty	Amostra	Total	Total
Contas a receber	-	-	-	204	-	204	303
Empréstimos <i>Intercompany</i> a receber	-	384	875	2.463	506	4.228	28.510
Outros Contas a Receber	217	98	1.223	185	-	1.723	2.272
Fornecedores	-	(214)	(72)	-	-	(286)	(303)
Empréstimos <i>Intercompany</i> a pagar	(384)	(3.338)	-	(506)	-	(4.228)	(28.510)
Outros Contas a Pagar	-	(141)	(69)	(1.431)	-	(1.641)	(2.272)
Custos	-	7.476	-	52	-	7.528	2.182
Receitas	-	(52)	-	(7.476)	-	(7.528)	(2.182)

Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, e entre suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação.

Adicionalmente informamos que a controlada direta Profarma Specialty possui um saldo a pagar junto à Profarma Distribuidora no montante de R\$14.776 em 31 de dezembro de 2018 registrado em Fornecedores no Balanço Patrimonial. Em 2017 não houve operações entre a Profarma Specialty e a Profarma Distribuidora.

## 12 Remuneração do pessoal chave da Administração

No exercício, a remuneração da Diretoria foi de R\$ 6.009 (R\$ 6.527 em 31 de dezembro de 2017) e os encargos sociais e trabalhistas foram de R\$ 3.960 (R\$ 3.223 em 31 de dezembro de 2017). Além da remuneração, a Companhia concedeu aos seus Diretores seguro saúde, odontológico e de vida, no montante de R\$ 381 (R\$ 187 em 31 de dezembro de 2017).

## 13 Investimentos

### a. Informações das controladas, controladas em conjunto e coligadas

	Capital Social		Qtde de Quotas (lote mil)		Patrimônio Líquido		Resultado do Ano		Participação em %		Participação PL	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Profarma Specialty (a)	198.729	113.496	184.944	99.846	183.975	98.449	5.303	(3.209)	100,00%	100,00%	183.975	98.449
Arp Med S.A. (b)	101.830	79.080	75.469	67.829	51.222	23.468	5.719	(2.650)	100,00%	100,00%	51.222	23.468
<b>Total Investimentos</b>											<b>235.197</b>	<b>121.917</b>

- (a) Controlada direta da Companhia com participação direta de 100% na Amostra Medicamentos Hospitalares Ltda.
- (b) Controlada direta da Companhia com participação direta de 100% na Arp Med Serviços Ltda e 100% na Íntegra Medical Serviços Hospitalares Ltda.

### b. Movimentação dos investimentos

	Mirandela	Amarante	Profarma Specialty	Arp Med S.A.	Total
<b>Saldo em 01.01.2017</b>	<b>18.477</b>	<b>7.980</b>	<b>101.658</b>	-	<b>128.115</b>
Incorporação reversa	(17.772)	(7.702)	-	25.474	-
Equivalência patrimonial	(705)	(278)	(3.209)	(2.005)	(6.197)
<b>Saldo em 31.12.2017</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>98.449</b>	<b>23.469</b>	<b>121.918</b>
Aumento de capital	-	-	85.250	22.750	108.000
Equivalência patrimonial	-	-	5.286	5.718	11.004
Adoção inicial CPC 48	-	-	(5.010)	(715)	(5.725)
<b>Saldo em 31.12.2018</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>183.975</b>	<b>51.222</b>	<b>235.197</b>

### Informações financeiras das controladas

	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício	Participação no capital total e votante (%)
Arpmed S.A. (a)	84.873	33.651	51.222	5.719	100
Profarma Specialty (a)	471.327	287.352	183.975	5.303	100
Arpmed Serviços (b)	495	1.089	(594)	(828)	100
Íntegra (b)	12.327	5.074	7.253	3.049	100
Amostra (c)	1.967	1.715	252	286	100
	<b>570.989</b>	<b>328.881</b>	<b>242.108</b>	<b>13.529</b>	

- (a) Controlada direta da Cannes.
- (b) Controlada direta da Arp Med S.A.

(c) Controlada direta da Profarma Specialty.

## 14 Imobilizado

	Consolidado								
	31.12.2017	31.12.2018						31.12.2017	
	Taxa	Custo	Adições	Baixa	Transf.	Custo	Depreciações Acumuladas	Valor Liq.	Valor Liq.
Benfeitorias	10%	5.922	576	(1.195)	1.699	7.002	(1.247)	5.755	4.661
Móveis e utensílios	10%	1.831	250	(6)	-	2.075	(681)	1.394	1.340
Veículos	20%	213	-	(163)	-	50	(50)	-	50
Hardware	20%	2.894	530	(82)	-	3.342	(2.239)	1.103	864
Máquinas e equipamentos	10%	1.772	440	(37)	48	2.223	(589)	1.634	1.372
Imobilizado em andamento	-	327	1.884	-	(1.747)	464	-	464	327
		<b>12.959</b>	<b>3.680</b>	<b>(1.483)</b>	<b>-</b>	<b>15.156</b>	<b>(4.806)</b>	<b>10.350</b>	<b>10.077</b>

## Depreciação

	Consolidado				
	Taxa	Depreciações			
		31.12.2017	31.12.2018		
	Saldo Inicial	Adições	Baixa	Saldo Final	
Benfeitorias	10%	(1.261)	(640)	653	(1.248)
Móveis e utensílios	10%	(491)	(191)	2	(680)
Veículos	20%	(163)	(14)	126	(51)
Hardware	20%	(2.030)	(291)	82	(2.239)
Máquinas e equipamentos	10%	(400)	(199)	11	(588)
		<b>(4.345)</b>	<b>(1.335)</b>	<b>874</b>	<b>(4.806)</b>

	Consolidado				
	Taxa	Depreciações			
		31.12.2016	31.12.2017		
	Saldo Inicial	Adições	Baixa	Saldo Final	
Benfeitorias	10%	(796)	(589)	124	(1.261)
Móveis e utensílios	10%	(672)	(143)	324	(491)
Veículos	20%	(130)	(33)	-	(163)
Hardware	20%	(1.766)	(353)	89	(2.030)
Máquinas e equipamentos	10%	(396)	(167)	163	(400)
		<b>(2.597)</b>	<b>(1.285)</b>	<b>700</b>	<b>(4.345)</b>

## 15 Intangível

<b>Consolidado</b>							
<b>31.12.17</b>				<b>31.12.18</b>		<b>31.12.17</b>	
<b>Taxa</b>	<b>Custo</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixa</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortizações Acumuladas</b>	<b>Valor Líquido</b>	<b>Valor Líquido</b>
Marcas e Patentes	-	7	-	(7)	-	-	7
Software	20%	2.245	570	-	2.815	(2.179)	636
Software em desenvolvimento	-	1.124	513	(567)	1.070	-	1.070
Mais valia da Carteira de clientes	20%	7.912	-	-	7.912	(7.047)	865
Âgio		40.335			40.335		40.335
Outros			84	-	84	-	84
		<b>51.623</b>	<b>1.167</b>	<b>(574)</b>	<b>52.216</b>	<b>(9.226)</b>	<b>42.990</b>
							<b>43.015</b>

  

<b>Consolidado</b>							
<b>31.12.16</b>				<b>31.12.17</b>		<b>31.12.16</b>	
<b>Taxa</b>	<b>Custo</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixa</b>	<b>Custo</b>	<b>Amortizações Acumuladas</b>	<b>Valor Líquido</b>	<b>Valor Líquido</b>
Marcas e Patentes	-	3	4	-	7	-	7
Software	20%	2.762	367	(21)	2.245	(1.978)	267
Software em desenvolvimento	-	-	1.124	-	1.124	-	1.124
Mais valia da Carteira de clientes	20%	7.912	-	-	7.912	(6.630)	1.282
Âgio		40.335	-	-	40.335	-	40.335
		<b>51.012</b>	<b>1.495</b>	<b>(21)</b>	<b>51.623</b>	<b>(8.608)</b>	<b>43.015</b>
							<b>43.738</b>

### Amortização sobre intangível

<b>Consolidado</b>				
<b>Amortizações</b>				
<b>31.12.2017</b>		<b>31.12.2018</b>		
<b>Taxa</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Saldo Final</b>	
Software	20%	(1.978)	(201)	(2.179)
Mais valia da Carteira de Clientes	20%	(6.630)	(417)	(7.047)
		<b>(8.608)</b>	<b>(618)</b>	<b>(9.226)</b>

  

<b>Consolidado</b>				
<b>Amortizações</b>				
<b>31.12.2016</b>		<b>31.12.2017</b>		
<b>Taxa</b>	<b>Saldo Inicial</b>	<b>Adições</b>	<b>Saldo Final</b>	
Software	20%	(1.208)	(770)	(1.978)
Mais valia da Carteira de Clientes	20%	(5.203)	(1.427)	(6.630)
		<b>(6.411)</b>	<b>(2.197)</b>	<b>(8.608)</b>

**a. Ágio na aquisição dos ativos da Profarma Specialty**

Para o saldo de ágio referente a aquisição de suas controladas de R\$ 11.109 foi efetuado o teste de recuperabilidade do ágio em 31/12/2018, considerando o fluxo de caixa descontado a taxa de 10,3% a.a, e crescimento projetado de 4% em regime de perpetuidade. Esta análise sustenta a recuperação do ágio nessa mesma data.

**b. Ágio na aquisição dos ativos da ArpMed S.A**

Para os saldos de ágio referentes a aquisição de suas controladas de R\$ 29.226 no Intangível (sendo R\$ 15.993 da ArpMed SA e R\$ 13.233 da Íntegra Medical) foi efetuado o teste de recuperabilidade do ágio em 31/12/2018, considerando o fluxo de caixa descontado a taxa de 10,3% a.a, e crescimento projetado de 4% em regime de perpetuidade. Esta análise sustenta a recuperação do ágio nessa mesma data.

**16 Fornecedores**

	<b>Consolidado</b>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Fornecedores-Mercadorias para Revenda	229.537	190.301
Fornecedores-Mercadorias não Revenda	2.380	2.724
	<u>231.917</u>	<u>193.025</u>

A Companhia possui uma política de gerenciamento de risco financeiro para assegurar que contas a pagar sejam liquidadas dentro do prazo.

Em 31 de dezembro de 2018, o prazo médio de pagamento de fornecedores na Profarma Specialty foi de 74 dias e no Grupo Arp Med foi de 110 dias, (73 dias e 75 dias em 31 de dezembro de 2017 respectivamente).

A exposição do Grupo a riscos de liquidez relacionados a contas a pagar, a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 25.

Segue a posição dos saldos a pagar por vencimento:

	<b>Consolidado</b>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
De 01 a 60 dias	177.375	111.553
De 61 a 90 dias	18.183	38.498
De 91 a 180 dias	1.150	11.937
De 181 a 360 dias	176	15
Títulos com prazo em negociação *	35.033	31.022
	<u>231.917</u>	<u>193.025</u>

(\*) Os títulos vencidos da Profarma Specialty foram renegociados junto ao fornecedor com previsão de pagamento em 2019.

## 17 Empréstimos

Instituições	Indexador	Juros	Consolidado	
			31.12.2018	31.12.2017
Banco BBM	CDI	100% do CDI + 4,5% a.a.	-	12.053
Banco BBM *		5,56% a.a. (US\$)	-	4.780
ABC	CDI	137,7 % do CDI	-	14.322
ABC	CDI	147,5 % do CDI	-	30.550
Citibank *		1,18% a.a. (US\$)	-	35.268
Votorantim *		3,45% a.a. (US\$)	54.618	-
HSBC	CDI	CDI + 0,83 a.m.	-	1.693
Banco Banrisul	CDI	120 % do CDI	-	1.589
Banco Bonsucesso	CDI	CDI + 0,60a.m	-	7.818
Banco BRB		2,426 % a.a.	276	276
Banco Itau	Selic	3,515 % a.a.	139	-
			<b>55.033</b>	<b>108.349</b>
<b>Circulante</b>			<b>54.757</b>	<b>108.073</b>
<b>Não circulante</b>			<b>276</b>	<b>276</b>

(\*) Fair Value Option

Por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros para aquisição de investimentos e de bens, os juros pagos estão classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

Para empréstimos em moeda estrangeira, a Companhia aplica hedge accounting (tipo valor justo). Consequentemente, todos os empréstimos em moeda estrangeira e instrumentos de hedge relacionados – as operações de swap, classificados como Derivativos, são contabilizados pelo valor justo, a fim de gerenciar melhor a volatilidade nos lucros e prejuízos.

Os empréstimos que tem como finalidade financiar o capital de giro, possuem garantias de caução de recebíveis e aval da Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A. e BPL Brasil Participações S.A.

Nos contratos de empréstimos firmados não existem cláusulas de condições financeiras a serem cumpridas – *covenants*.

Os empréstimos possuem o seguinte cronograma de desembolso:

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>31.12.2018</u>
2019	54.757
2023	276
	<u>55.033</u>

## 18 Impostos e Taxas

	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<b>Circulante</b>		
ICMS	5.317	3.112
PIS e COFINS	89	-
INSS	30	17
ISS	105	75
Parcelamento - ICMS	2.067	179
Parcelamento - INSS	55	-
Parcelamento - ISS	-	84
Outros	137	98
	<u>7.800</u>	<u>3.565</u>
<b>Não Circulante</b>		
Parcelamento - ICMS	3.282	764
Parcelamento - REFIS	-	51
	<u>3.282</u>	<u>815</u>

A variação da conta de ICMS a Recolher entre os anos de 2018 e 2017, refere-se à efetiva implementação da Emenda Constitucional 87/2015, onde houve a alteração da sistemática de cálculo do ICMS nas operações interestaduais destinadas a consumidores finais. A partir de Janeiro de 2017, os Estados de origem dos produtos passam a recolher 100% da diferença entre a alíquota do Estado de destino e a sua alíquota interna de ICMS, ao passo que não fica mais nenhum percentual para os Estados de destino. A referida legislação impôs percentuais anuais de partilha, que de forma gradativa irão partilhar o ICMS Diferencial de Alíquotas entre os Estados de origem e destino.

## 19 Provisão para contingência

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e aspectos cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Tributárias	1.113	2.564
Cíveis	220	325
Trabalhistas	6.289	5.557
	<b>7.622</b>	<b>8.446</b>
	<u>7.622</u>	<u>8.446</u>

Segue Movimentação da Provisão:

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Tributárias</b>	<b>Cíveis</b>	<b>Trabalhistas</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>	3.789	377	5.513	9.679
Adições	200	110	1.800	2.110
Utilizações e Baixas	(1.425)	(162)	(1.756)	(3.343)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>2.564</b>	<b>325</b>	<b>5.557</b>	<b>8.446</b>
Adições	3.121	171	3.031	6.323
Utilizações e Baixas	(4.572)	(276)	(2.299)	(7.147)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.113</b>	<b>220</b>	<b>6.289</b>	<b>7.621</b>

As principais causas trabalhistas provisionadas no consolidado estão pulverizadas e têm origem nas solicitações de horas extras, questões de FGTS e vínculo empregatício.

As principais causas tributárias provisionadas no consolidado têm origem em diferenças de recolhimento de ICMS, Imposto de Renda e Contribuição Social das controladas, originadas em períodos anteriores a aquisição da Empresa Íntegra Medical.

## 20 Imposto de renda e contribuição social

### a. Conciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social, debitada em resultado, é demonstrada como segue:

#### **CANNES RJ PARTICIPAÇÕES S.A.** **Imposto de renda e contribuição social**

##### a. Conciliação da taxa efetiva

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>	<b>31.12.2018</b>	<b>31.12.2017</b>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	11.022	(6.202)	16.324	(11.720)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:				
Pela alíquota fiscal combinada	3.747	(2.109)	5.550	(3.985)
<b>Adições:</b>				
Provisão perda de estoque	-	-	-	-
Provisões e outras despesas permanentes não dedutíveis	-	-	386	1.130
<b>Exclusões:</b>				
Provisões e outras despesas não dedutíveis(PDD)	-	-	165	(965)
Subvenções governamentais	-	-	-	4
Reversão de Provisões Não Dedutíveis	-3.747	2.107	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	7	-	-
Efeito empresas controlada - Lucro Presumido	-	-	-	12
Prejuízo fiscal não constituído IRCS diferido	-	-	1.014	2.366
Outras adições/exclusões permanentes	-	-	(731)	(316)
Adições (exclusões) temporárias	-	-	1.694	(285)
Aproveitamento do Ágio Incorporação Reversa	-	-	(2.775)	(1.325)
Reversão (Constituição) Base negativa de Prejuízo Fiscal - PERT	-	-	-	(2.149)
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>5.302</b>	<b>(5.512)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>32%</b>	<b>47%</b>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	-	(5)	(3.014)	(590)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	-	(2.289)	6.102

Cannes RJ Participações S.A. (controladora) optou por manter o regime de tributação lucro presumido.

A Profarma Specialty S.A. e o Grupo Arp Med, optaram pelo regime de tributação do lucro real mensal.

Na data base de 30 de junho de 2017, as empresas Mirandela e Amarante foram incorporadas pela Arp Med S.A..

O ágio iniciou sua amortização no mês subsequente ao do evento especial de incorporação (ocorrida em 31 de maio de 2016 e 30 de junho de 2017) à razão de 1/60 para cada mês do período de apuração, no prazo mínimo de 5 (cinco) anos (artigo 7, inciso IV, da Lei nº 9.532/1997).

**b. Composição dos impostos diferidos**

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis:

- (i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência; e (ii) prejuízos fiscais incorridos, considerados recuperáveis pela ‘administração da Companhia.

	<b>Consolidado</b>					
	<b>31.12.2018</b>			<b>31.12.2017</b>		
	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>Total</b>	<b>IRPJ</b>	<b>CSLL</b>	<b>Total</b>
<b>Impostos Diferidos</b>						
Diferenças Temporárias	(108)	(39)	(147)	964	347	1.311
Prejuízo Fiscal	7.117	2.562	9.679	5.664	2.039	7.702
Ágio Carteira de Clientes	(216)	(78)	(294)	(320)	(115)	(435)
<b>Total</b>	<b>6.793</b>	<b>2.445</b>	<b>9.238</b>	<b>6.307</b>	<b>2.271</b>	<b>8.578</b>
<b>Detalhamento dos Impostos Diferido:</b>						
Ativo	7.009	2.523	9.532	6.627	2.386	9.013
Passivo	(216)	(78)	(294)	(320)	(115)	(435)
Ativos/Passivos Diferidos	<b>6.793</b>	<b>2.445</b>	<b>9.238</b>	<b>6.307</b>	<b>2.271</b>	<b>8.578</b>

De acordo com o Pronunciamento CPC nº 32 – Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599/09, a Companhia fundamenta o registro contábil dos seus créditos fiscais na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, elaborado anualmente nos encerramentos dos exercícios sociais. Caso se apresentem fatores relevantes que venham a modificar as projeções, estas serão revisadas durante o exercício social aplicável.

No exercício de 2018, a Controlada Arp Med S.A. constituiu impostos diferidos ativos no montante de R\$2.081 aumentando o ativo não circulante para R\$ 6.027 (R\$ 3.947 em 31 de dezembro de 2017), decorrente de prejuízo fiscal e de diferenças temporárias.

No exercício corrente, a Controlada Profarma Specialty realizou impostos diferidos ativos no montante de R\$1.420, reduzindo o ativo não circulante para R\$ 3.211 (R\$4.631 em 31 de dezembro de 2017), decorrente de prejuízo fiscal e de diferenças temporárias.

A Administração da Companhia considera que não há riscos de recuperação de tais saldos, tendo em vista a projeção de lucros da Companhia.

Conforme descrito na nota 18, os valores classificados como IR/CS diferidos passivos decorrem da mais valia alocada às carteiras de clientes registrados nas controladas Mirandela e Amarante referentes a aquisição da Arp Med S.A.

## 21 Patrimônio líquido (controladora)

### Capital social

O capital social integralizado é de R\$ 280.999 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 173.000 em 31 de dezembro de 2017), dividido em 304.665.442 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Segue a posição acionária referente ao capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

Cannes	Posição em 31.12.2018 (Em unidades de ações)		Posição em 31.12.2017 (Em unidades de ações)	
	Posição Acionária Consolidada		Posição Acionária Consolidada	
	Ações Ordinárias Quantidade	Ações Ordinárias %	Ações Ordinárias Quantidade	Ações Ordinárias %
Profarma Distribuidora de Produtos Farmacêuticos S.A.	30.771.208	10,1%	80.380.832	50,0%
BPL Brasil Participações Ltda.	273.894.214	89,9%	80.380.832	50,0%
<b>Total</b>	<b>304.665.422</b>	<b>100,0%</b>	<b>160.761.664</b>	<b>100,0%</b>

### Ágio em transações de capital

A constituição do ágio consiste nos pagamentos na aquisição de participação adicional das controladas indiretas Profarma Specialty (R\$ 6.048) e Arp Med S.A. (R\$ 6.119).

### Dividendos

O Estatuto social determina um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei 6.404/76.

A companhia registrou um lucro de R\$ 11.022 apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, o qual foi destinado à conta de prejuízo acumulado da Companhia (R\$ 33.629). A conta de prejuízo acumulado da Companhia em 2017 era de R\$ 44.650, composta por R\$ 38.926 de prejuízos de exercícios anteriores e R\$ 5.725 de ajuste para adoção inicial para novos CPCs.

Por força do prejuízo acumulado da Companhia em 31 de dezembro de 2018 não houve distribuição de dividendos e outros proventos aos acionistas nos termos do artigo 201 da Lei 6.404/76.

## 22 Receita operacional

	<b>Consolidado</b>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<b>Receita operacional bruta</b>		
Venda de produtos	1.277.643	1.021.361
Impostos e outras deduções	(142.708)	(99.299)
<b>Receita operacional líquida</b>	<u><b>1.134.935</b></u>	<u><b>922.062</b></u>

## 23 Resultado financeiro

	<b>Consolidado</b>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros	(2.680)	(15.646)
Atualizações monetárias passivas	-	(51)
Resultado de SWAP Ajuste Mercado	(3.139)	-
IOF	(864)	(1.492)
Outros	(387)	(628)
<b>Total Despesas financeiras</b>	<u><b>(7.070)</b></u>	<u><b>(17.817)</b></u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Juros	2.821	2.298
Atualizações monetárias ativas	213	149
Resultado de SWAP Ajuste Mercado	-	515
<b>Total Receitas financeiras</b>	<u><b>3.035</b></u>	<u><b>2.962</b></u>
<b>Resultado financeiro</b>	<u><b>(4.035)</b></u>	<u><b>(14.855)</b></u>

## 24 Instrumentos Financeiros e Gerenciamento de risco

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado, estimativas e metodologias apropriadas. Entretanto, foram aplicados julgamentos e interpretações para produzir o valor de realização mais adequado. Os montantes estimados a partir desta metodologia, não necessariamente podem ser realizados no mercado.

A Administração e acompanhamento destes instrumentos são realizados através de monitoramento sistemático, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

## 24.1 Valor justo versus valor contábil

A Administração entende que ativos e passivos financeiros não demonstrados nesta nota estão com o valor contábil com uma apresentação razoável do valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado				Nível
	31.12.2018		31.12.2017		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>Ativos mensurados pelo valor justo</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	83.311	83.311	43.918	43.918	2
Derivativos	0	0	979	979	2
<b>Ativos mensurados pelo custo amortizado</b>					
Contas a Receber	242.284	242.284	203.923	203.923	2
<b>Passivos mensurados pelo valor justo</b>					
Derivativos	491	491	-	-	
<b>Passivos mensurados pelo custo amortizado</b>					
Empréstimos	55.033	55.033	108.349	108.349	2
Fornecedores	231.917	231.917	193.025	193.025	2

As tabelas acima apresentam ainda a hierarquia do valor justo de acordo com o método de avaliação utilizado pela Companhia. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- **Nível 2:** Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- **Nível 3:** Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

## 24.2 Valorização dos instrumentos financeiros – Valor Justo

### a. Aplicações financeiras

Classificadas como ativos financeiros, mensuradas ao seu valor justo através do resultado. As taxas de juros que remuneram os equivalentes de caixa da Companhia, no encerramento do exercício, se aproximam das taxas de mercado para operações de natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis dos equivalentes de caixa são similares aos de mercado.

**b. Empréstimos**

Os empréstimos contratados em moeda nacional são classificados como passivos financeiros reconhecidos através do custo amortizado. As variações entre as taxas de juros de empréstimos contratados e as taxas de mercado para instrumentos de natureza, prazo e riscos semelhantes fazem com que o valor contábil dos empréstimos seja diferente do seu valor de mercado.

Os empréstimos em moeda estrangeira são classificados como passivos financeiros e reconhecidos pelo valor justo de mercado, utilizando as metodologias Hedge Accounting e Fair Value Option.

**c. Instrumentos Financeiros – swaps**

Mensurados ao valor justo têm como objetivo a proteção às oscilações das moedas estrangeiras.

As operações de swap em aberto foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimos em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, trocando exposição cambial dos empréstimos pela exposição ao CDI, não sendo, no entanto, caracterizados como hedge accounting. Os ganhos e perdas gerados pela apropriação de juros e ajustes para a marcação a mercado estão registrados no resultado.

Os Swaps estão reconhecidos pelo seu valor justo. Em todos os Swaps contratados a Companhia receberá a variação cambial acrescida de taxa pré-fixada (“Ponta Ativa”) e em contrapartida pagará a variação de um percentual do CDI (“Ponta Passiva”).

O valor justo da Ponta Ativa é calculado da seguinte forma: o valor em dólares na data de vencimento da operação é descontado a valor presente pelo fator pro rata temporis do cupom cambial em dólares correspondente à data de vencimento na data de cálculo. O valor justo da Ponta Ativa é igual ao valor presente em dólar multiplicado pelo Dólar Ptax de fechamento da data base.

O valor justo da Ponta Passiva é calculado da seguinte forma: é calculado o valor em reais na data de cálculo através da apropriação diária do fator do percentual do CDI de cada contrato. A partir desse valor é calculado o montante estimado na data de vencimento através da multiplicação da taxa pré-fixada brasileira de mercado pelo valor percentual do CDI contratado. O valor justo da Ponta Passiva é igual ao montante estimado na data de vencimento descontado a valor presente pelo fator pro rata temporis da taxa pré-fixada brasileira.

O valor a ser liquidado no vencimento será a diferença entre a Ponta Ativa e Ponta Passiva. Os valores do cupom cambial em dólares e da taxa pré-fixada são obtidos através de fontes de mercado independentes como a BM&F e provedores de informações financeiras enquanto a cotação dólar Ptax é obtida no BACEN.

As operações de swap utilizadas para proteção de empréstimos estão resumidas a seguir:

Descrição	Consolidado			
	Valor de referência (Nacional)		Valor justo (*)	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
<b>Contratos de "swaps"</b>				
<b>Posição Passiva</b>				
Indexador:				
Dólar norte-americano + 3,45 % ao ano	55.000	-	491	-
Vencimento: 01/2019				
<b>Total Op. Votorantim</b>	<b>55.000</b>	<b>-</b>	<b>491</b>	<b>-</b>
Indexador:				
Dólar norte-americano + 1,17647% % ao ano	-	33.577	-	621
Vencimento: 07/2018				
<b>Total Op. Citibank</b>	<b>-</b>	<b>33.577</b>	<b>-</b>	<b>621</b>
Indexador:				
Dólar norte-americano + 5,64 % ao ano				
Vencimento: 08/2018				
<b>Total Op. Banco BBM</b>	<b>-</b>	<b>4.184</b>	<b>-</b>	<b>358</b>
<b>Total posição Ativa</b>	<b>55.000</b>	<b>37.761</b>	<b>-</b>	<b>979</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>979</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>491</b>	<b>-</b>

## 24.3 Gerenciamento de Risco

### a. *Risco de crédito*

As políticas de vendas e concessão de crédito da Companhia estão sob rigorosas diretrizes de crédito da Administração, que consiste no constante monitoramento dos saldos e operações dos clientes, considerando a pontualidade de pagamento e pulverização de risco, buscando minimizar eventuais prejuízos decorrentes da inadimplência.

A Companhia registrou provisão para devedores duvidosos, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 no consolidado é R\$ 9.724 (R\$ 3.078 em 31 de dezembro de 2017), para cobrir possíveis riscos de crédito, conforme descrito na nota explicativa nº 7.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Caixa e equivalentes de caixa	<b>6</b>	-	-	83.311	43.918
Contas a receber	<b>7</b>	-	-	242.284	203.923
Outros ativos	<b>10</b>	-	-	15.294	12.659
		-	-	<b>340.889</b>	<b>260.500</b>

### b. *Risco de Liquidez*

A política geral da Companhia é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras e aproveitar oportunidades comerciais à medida que surgirem. A Administração julga que a Companhia apresenta um adequado balanceamento entre os vencimentos de seus ativos e passivos, além de uma geração de caixa, no conceito EBITDA, satisfatória.

Segue posição dos passivos financeiros por vencimento:

Consolidado						
31 de dezembro de 2018	Valor Contábil	Fluxo de caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos:</b>						
Empréstimos	55.033	56.356	56.079	-	-	276
Fornecedores	231.917	-	196.708	35.209	-	-
Consolidado						
31 de dezembro de 2017	Valor Contábil	Fluxo de caixa Contratual	06 meses ou menos	06 a 12 meses	01 a 02 anos	02 a 05 anos
<b>Passivos financeiros não derivativos:</b>						
Empréstimos	108.349	111.040	56.837	53.926	-	276
Fornecedores	193.025	193.026	161.988	31.038	-	-

### c. *Risco de Mercado*

#### *Risco da Taxa de Juros*

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos, como também sobre as receitas financeiras, oriundas de suas aplicações financeiras. Este risco surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes do CDI.

A Companhia tem como indexador financeiro de suas operações a variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2018 a dívida bruta indexada ao CDI somada a posição assumida nos swaps contratados totaliza R\$ 55.033 (R\$ 108.349 em 31 de dezembro de 2017). A Companhia considera o risco de variações da taxa CDI como fator de risco de mercado relevante.

Segue abaixo quadro considerando o impacto negativo no resultado, antes dos impostos, gerado pela dívida indexada ao CDI em aberto em 31 de dezembro de 2018:

Operação	Base de Cálculo	Cenário provável	Cenário I -	Cenário I -
			Deterioração 25%	Deterioração 50%
Aplicações indexadas ao CDI	83.024	83.024	103.780	145.292
Empréstimos indexados ao CDI	(415)	(415)	(519)	(726)
Empréstimos em moeda estrangeira - indexados ao CDI	(54.618)	(54.618)	(68.272)	(95.581)
<b>Despesa de Juros s/ Dívida líquida indexadas em CDI</b>	<b>27.991</b>	<b>27.991</b>	<b>34.989</b>	<b>48.984</b>
Taxa anual realizada do CDI em 2018		6,50%	8,13%	9,75%

### d. *Risco de Taxa de câmbio*

A Companhia considera exposição à variação do Dólar um risco de mercado relevante e para mitigar este risco contratou junto ao Citibank operação de SWAP observando as mesmas datas, vencimentos e valores nominais de suas exposições passivas contratadas com a mesma instituição em moeda estrangeira, de forma a anular o risco cambial, substituindo-o pela variação percentual do CDI.

A Companhia calculou as variações nos valores contabilizados dos instrumentos financeiros com risco cambial, considerando a possível variação do dólar Ptax. A Companhia utilizou na construção do cenário provável o dólar futuro para cada vencimento dos seus instrumentos financeiros, obtidos junto a BM&F Bovespa em 31 de dezembro de 2018.

O swap não possui custo inicial. A operação de swap está casada com as captações em moeda estrangeira em termos de valor nocional, prazo e taxa de juros, sendo nulo seu efeito no vencimento. O resultado de swap entre a ponta ativa (dólar) e a ponta passiva (CDI), está registrada no ativo ou passivo, de acordo com a natureza do saldo

A Companhia tem por política liquidar contratos de longo prazo somente no vencimento. O efeito líquido demonstrado no quadro de análise sensibilidade em 31 de dezembro de 2018 é gerado pela diferença na forma de mensuração dos instrumentos financeiros indexados à variação cambial. Enquanto os empréstimos são reconhecidos pelo seu custo amortizado e os swaps se encontram reconhecidos pelo seu valor justo. Nas datas de vencimento dos empréstimos o seu custo amortizado será igual ao seu valor justo anulando completamente o efeito de variações cambiais no caixa da Companhia. A Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros de risco ou que tenham caráter especulativo.

Vide a seguir quadro demonstrativo:

*Análise de sensibilidade*

	<b>Consolidado</b>			
	<b>Base de Cálculo</b>	<b>Cenário provável</b>	<b>Cenário I - Deterioração 25%</b>	<b>Cenário I - Deterioração 50%</b>
<b>DÓLAR</b>				
Taxa câmbio em 31/12/2018 (a)		3,87	3,87	4
Taxa câmbio estimada para 31/12/2019 (a)		3,70	2,78	1,85
Empréstimos em moeda estrangeira	(54.618)	(54.618)	(68.272)	(95.581)
	<b>(54.618)</b>	<b>(54.610)</b>	<b>(68.266)</b>	<b>(95.575)</b>

(a) Fonte site do Banco Central do Brasil—taxas de câmbio e boletim focus.

**e. Risco de Capital**

O Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir que suas empresas continuem operando de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização de sua estrutura de capital. A estrutura de capital do Grupo consiste em captação de recursos por meio de novos empréstimos (Nota 17), caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, pagamentos de dividendos, reservas e lucros acumulados.

## 25 Despesas operacionais

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<b>Despesas Gerais e administrativas</b>				
Despesas c/ Funcionários e Serv Terceiros	-	1	20.912	20.307
Despesas da Estrutura	-	-	6.208	5.953
	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>27.120</u>	<u>26.260</u>
<b>Despesas comerciais e de marketing</b>				
Despesas c/ Funcionários e Serv Terceiros	-	-	26.855	23.737
Despesas da Estrutura	-	-	2.653	(598)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.508</u>	<u>23.140</u>
<b>Despesas com logística e distribuição</b>				
Despesas c/ Funcionários e Serv Terceiros	-	-	20.284	19.298
Despesas da Estrutura	-	-	3.534	3.096
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23.818</u>	<u>22.394</u>

## 26 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

<u>Itens cobertos</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>
Instalações, equipamentos e estoques	Incêndio/Raio/Explosão	139.277
Lucros cessantes (despesas fixas, perda de lucro líquido)	Lucros Cessantes	92.120
		<u>231.397</u>

## 27 Compromissos por contratos de locação de imóveis

A Companhia possui arrendamentos para uma série de armazéns (centros de distribuição) em locações operacionais. A duração desses contratos de arrendamento é normalmente de 5 (cinco) anos, com uma opção de renovação por um período adicional após o término dos arrendamentos originais.

Pagamentos futuros mínimos de locação

Em 31 de dezembro de 2018, os pagamentos de arrendamento futuro mínimo consolidados (em contratos não canceláveis) são os seguintes:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31.12.2018</u>
Menos de um ano	1.560
	<u>1.560</u>

## **28 Avais, fianças e garantias**

O Grupo possui em 31 de dezembro de 2018, seguro garantia junto a Austral Seguradora, e Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. no montante de R\$ 8.808, relacionadas a autos de execução fiscal e processos de natureza trabalhista visando a garantia do juízo.

\* \* \*

Composição da Diretoria:

Diretor Presidente  
Wilson Schwartzman

Diretor Financeiro  
Cristina Procopio Gomes de Souza

Membros do Conselho de Administração

Rafael Augusto KosaTeixeira  
Aaron Richard Sathre  
James Francis Cleary Jr.  
Sammy Birmarcker

Contador  
Allan Lucas  
CRC-RJ 290018/O-7